

Plano Setorial Ambiental do MPPA

2021-2024

Coordenação: CAO Ambiental

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

César Bechara Nader Mattar Júnior

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL AMBIENTAL (CAO Ambiental)

Coordenadora: Promotora de Justiça Albely Miranda Lobato

Membro Auxiliar: Promotora de Justiça Alessandra Rebelo Clos

Membro Auxiliar: Promotora de Justiça Maria José Vieira de Carvalho Cunha

Apoio

Katia de Oliveira Carvalheiro (Assessora)

Larissa Monteiro Nascimento (Apoio Administrativo)

Sylvia Christina Souza de Oliveira Santos (Apoio Administrativo)

Ana Paula Souza da Silva (estagiária)

Danielly Teixeira Campos (estagiária)

Beathriz de Souza Figueiredo (estagiária)

Suedy de Aviz Nascimento (estagiária)

ASSESSORAMENTO TÉCNICO

COMISSÃO DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (COGEPE)

Ubiragilda Silva Pimentel (Presidente)

Marly Dantas Nery (Coordenadora)

Adriano Silva de Arruda

Carlos Anderson Corrêa Silva

Darlene Ferreira de Matos Couto

Edwaldo Lopes da Silva

Gabriel Peixoto Oliveira

Marco Antônio Marques da Silva

Maria da Glória Vicente Nascimento Araújo

Rose Anne Campelo do Nascimento

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Ruth Campos

Catálogo na Publicação (CIP)

Ministério Público do Estado do Pará. Departamento de Administração.

Divisão de Biblioteca.

Sizete Medeiros do Nascimento

P221p Pará. Ministério Público. Centro de Apoio Operacional Ambiental

Plano Setorial Ambiental do MPPA: 2021-2024 / Ministério Público do Estado do Pará. Centro de Apoio Operacional Ambiental; Coordenação CAO Ambiental. – Belém: MPPA, 2021.

44 p. : il.

1. Ministério Público - Pará - Centro de Apoio Operacional Ambiental. 2. Planejamento Estratégico. 3. Atuação. 4. Promotorias de Justiça – Área Ambiental. 5. Procuradoria-Geral de Justiça. I. Mattar Júnior, César Bechara - Procurador-Geral de Justiça. II. Lobato, Albely Miranda – Promotora de Justiça – Coordenadora. III. Título.

CDD: 341.413

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	4
1 APRESENTAÇÃO	5
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	7
3 PERFIL DO CAO AMBIENTAL	9
3.1. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA QUE COMPÕEM A ÁREA AMBIENTAL	10
3.2. FORÇA DE TRABALHO	11
3.3. ANÁLISE DOS CENÁRIOS	12
4 SELEÇÃO DOS DESAFIOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA NO PLANO SETORIAL AMBIENTAL	14
5 AÇÕES DA ÁREA AMBIENTAL	14
6 ROL DE PROJETOS E INICIATIVAS	18
7 FICHA DE PROJETOS E INICIATIVAS	23
8 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	23
9 PLANO DE COMUNICAÇÃO	28
10 LIÇÕES APRENDIDAS	29
11 CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS	30
ANEXOS	31
A. Modelos utilizados no Plano	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP – Áreas de Preservação Permanente

CAO – Centro de Apoio Operacional

CAO Ambiental – Centro de Apoio Operacional Ambiental

CGE-MPPA – Comitê Estadual de Governança Estratégica do Ministério Público do Pará

CMA – Comissão de Meio Ambiente

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

COGEPE – Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico

GT – Grupo de Trabalho

IES – Instituto de Ensino Superior

MPPA – Ministério Público do Estado do Pará

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PEI – Planejamento Estratégico Institucional

PEN – Planejamento Estratégico Nacional

RAE – Reunião de Análise da Estratégia

RAO – Reunião de Acompanhamento Operacional

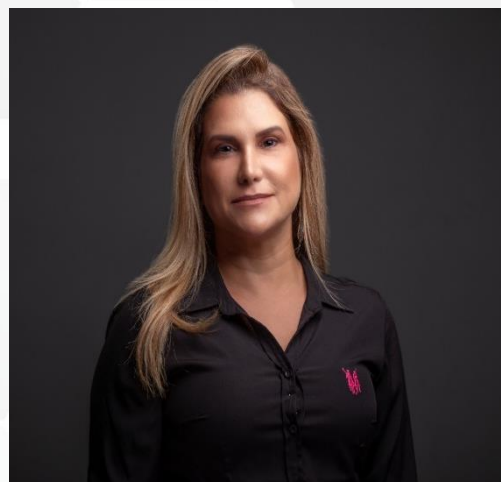
RAT – Reunião de Acompanhamento Tático

SIGI – Sistema Integrado de Gestão Interativa

SWOT - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (do inglês *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*).

O Plano Setorial Ambiental foi construído com o objetivo de planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações relacionadas à matéria do direito ambiental, propostas no Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Pará – PEI/MPPA 2021-2029, que por sua vez, está alinhado ao Plano Estratégico Nacional do Ministério Público – PEN-MP 2020-2029, elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público Brasileiro – CNMP.

A matéria ambiental demonstra sua importância e transversalidade na atividade ministerial uma vez que possui ações elencadas em objetivos estratégicos do PEI MPPA 2021 – 2029, voltados à atuação finalística da instituição na perspectiva de resultados para sociedade.



A construção do Plano conduzida pela Coordenadora do CAO Ambiental e assessorado pela Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico – COGEPE, vinculada à Subprocuradoria-Geral de Justiça para área técnica-administrativa – SUBPGJ-TA, seguiu a recomendação do Manual de Referência do CNMP, publicado por meio da Portaria CNMP-SG nº 64, de 19 de abril de 2018, que define o processo em seis fases: iniciação, preparação, diagnóstico, planejamento, encerramento e controle.

Com a finalidade de proporcionar resultados mais céleres, a COGEPE idealizou o projeto “Sistema Integrado de Gestão Interativa – SIGI”, ora em desenvolvimento pela equipe técnica do Departamento de Informática do MPPA que tem por objetivo proporcionar o gerenciamento ágil dos projetos organizacionais, tornando a Instituição uma estrutura integrada e organizada, possibilitando a agilidade na tomada de decisão, de modo a aprimorar e adequar a gestão de pessoas, de materiais e de recursos orçamentários e financeiros às necessidades da atividade institucional.

O objetivo deste documento é, principalmente, apresentar aos membros e servidores do Ministério Público as diretrizes e metas que possam contribuir para transformação da realidade do nosso Estado, a partir de ações unificadas e planejadas, fundadas em premissas de integridade, para que a atuação ministerial seja cada vez mais resolutiva.

O passo seguinte será o monitoramento e a avaliação dos resultados dos projetos e das iniciativas através das reuniões de acompanhamento operacional e tático para avaliar as informações alimentadas no SIGI, desenvolvido para produzir estatísticas e subsidiar, de forma célere, a tomada de decisão dos gestores com base em dados e fatos.

Albely Miranda Lobato
Coordenadora do CAO Ambiental



2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Comitê de Governança Estratégica - CGE-MPPA, criado pela Portaria nº 082/2018-MP/PGJ, recomendou a realização do Plano Estratégico Institucional do MPPA - PEI/MPPA 2021 – 2029 utilizando o quadro interno de técnicos da Instituição, considerando o *knowhow* da equipe.

Diante do desafio proposto foi utilizado como ponto norteador o alinhamento ao Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público Brasileiro - PEN-MP 2020-2029, considerando ser a forma possível para a obtenção de resultados mais ágeis e eficientes, já que utilizaria metodologia e técnica testadas nos encontros regionais (no total de 9 encontros) que resultaram no PEN-MP 2020-2029.

O PEI/MPPA 2021 – 2029 foi construído com ampla participação da Administração Superior, de Procuradores de Justiça, de coordenadores dos Centros de Apoio Operacional, de Promotores de Justiça da capital e do interior, de Diretores de Departamentos, de assessores e servidores que, através de 5 (cinco) reuniões, realizaram avaliações, ajustes, fusões, inclusões e supressões de propostas, à formação da nova base estratégica institucional (Missão, Visão, Valores, Objetivos Estratégicos), sendo o resultado apurado através de amplos debates e aprovação pela plenária.



Considerou-se também o propósito de levar em conta o cenário mundial, sendo, por isso incorporada, ainda, a correlação dos quesitos do Plano aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU) ao PEI/MPPA 2021-2029, com finalidade precípua de promover a melhoria da atuação integrada dos membros e dos servidores no alcance dos objetivos nos níveis estadual, nacional e mundial.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Com a necessidade de realizar um planejamento mais assertivo e regionalizado, face aos problemas identificados e por estarem intrinsecamente ligados aos objetivos identificados no Plano Estratégico Institucional, o CAO Ambiental alinha-se ao PEI-MPPA 2021-2029, elaborando seu Plano Setorial com base nas estratégias, ações e desafios propostos neste plano.

Para a construção deste documento foi adotado o Sistema Integrado de Gestão Iterativa – SIGI, onde, através de 4 (quatro) reuniões entre a equipe que compõe o CAO Ambiental e a COGEPE, foi identificado o perfil da unidade contendo os dados gerais, a sua matriz SWOT (relação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), os desafios contidos no Plano de Gestão Estratégica (Biênio 2021-2022) a ela relacionados, as ações estratégicas do PEI/MPPA 2021-2029 que lhes são afetas, bem como as Ações do PEN-MP 2020-2029 e o consequente impacto no Radar Estratégico do CNMP.

Assim, lançou-se mão da aplicação da Matriz Swot Cruzada, analisando como as forças e fraquezas identificadas pela equipe do CAO na citada análise SWOT estão influenciando a chance das oportunidades ou ameaças apontadas também por estes, acontecer. Desse cruzamento, é possível determinar quais planos de ação serão desenvolvidos para colocar em prática as estratégias afetas a esta unidade e quais devem receber a devida prioridade de execução.

Para fase de execução do plano, a técnica utilizada pela COGEPE foi a aplicação da Matriz 5W2H, que é assim denominada, por simplificar as diretrizes envolvidas em cada fase do plano de ação. O quadro a seguir, apresenta uma breve explicação de cada uma delas, na ordem em que devem ser analisadas:

What?	O que será feito?	Estratégia do PEI/ação do PEN
Why?	Por que será feito?	Justificativa, motivo
Where?	Onde será feito?	Local
When?	Quando será feito?	Tempo, datas, prazos
Who?	Por quem será feito?	Responsabilidade pela ação
How?	Como será feito?	Método, processo, etapas
How much?	Quanto custará fazer?	Custo ou gastos envolvidos

Deste mapeamento, utilizando, inicialmente *What?* (o que será feito?) e o *How?* (como será feito?), foi constituído um rol de ações destacado neste Plano Setorial Ambiental que pode nortear a atuação das Promotorias e Procuradorias de Justiça que tenham, dentre suas atribuições, a matéria ambiental utilizando as demais perguntas da matriz 5W2H, para elaboração de seus projetos.

3 PERFIL DO CAO AMBIENTAL

O CAO AMBIENTAL está diretamente vinculado a Procuradoria Geral de Justiça. Foi criado pela Lei Complementar nº 057 de 06/07/2006 e pela Resolução nº 004/2021 – CPJ/MP, abarcando as matérias de atuação específicas na temáticas meio ambiente, patrimônio histórico e cultural, urbanismo, habitação e direitos dos animais, com as seguintes atribuições:

Atuar no apoio técnico-jurídico à atuação dos membros nas matérias que envolvem as temáticas ambiental e afins, através do estímulo à integração e ao intercâmbio entre os órgãos de execução do MPPA; organizar e viabilizar acesso a bancos de dados e sistemas eletrônicos ambientais; coordenar grupos de estudo e de trabalho bem como programa de formação, capacitação e treinamento de recursos humanos; coordenar o processo de planejamento ambiental interno e participar do planejamento ambiental estadual; organizar atividades de divulgação ou debate público sobre problemas e assuntos de relevância para a defesa das matérias pertinentes a este Centro; gerenciar ações integradas com órgãos governamentais e organizações não governamentais; coordenar o processo de planejamento ambiental interno e participar do planejamento ambiental estadual; e participar da discussão e do acompanhamento de projetos de lei relacionados ao exercício das atribuições ministeriais nas matérias pertinentes a este Centro.

O CAO Ambiental também presta orientação jurídica aos Procuradores e Promotores de Justiça, que atuam na matéria defesa do meio ambiente e realiza a integração e intercâmbio entre órgãos de execução na área Ambiental das Promotorias de Justiça.

3.1. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA QUE COMPÕEM A ÁREA AMBIENTAL

O quantitativo de Promotorias de Justiça afetas à área Ambiental no Estado do Pará é amplo, com 138 (cento e trinta e oito) órgãos de execução.

Este conjunto de Promotorias de Justiça é formado por cargos que possuem atribuições específicas, cargos com atribuições que englobam a área ambiental e cargos que além desta área, possuem atribuições em outras áreas de atuação.

O quadro abaixo apresenta a distribuição e atribuições dos referidos cargos de promotoria de justiça, indicando ainda as cidades e a entrância a qual pertencem:

Municípios	Entrância	Atribuição	Quantidade
Belém	3ª	Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo	4
Abaetetuba	2ª	Cível, Defesa da Probidade Administrativa, Meio Ambiente	1
Altamira	2ª	Defesa do Consumidor, Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo	1
Ananindeua	2ª	Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação, Urbanismo, Consumidor e Fundações	2
Benevides	2º	Defesa Comunitária e Cidadania, Infância e Juventude e dos Idosos	1
Castanhal	2ª	Defesa Comunitária e da Cidadania	3
Marabá	2ª	Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo	1
Marituba	2ª	Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural, da Habitação e do Urbanismo	1
Parauapebas	2º	Órfãos, interditos, incapazes, idosos, deficientes, meio ambiente	1
Redenção	2º	Defesa Comunitária, Cidadania, Infância e Juventude e Idosos	1
Santa Izabel do Pará	2º	Defesa Comunitária e Cidadania, Infância e Juventude e Idosos	1
Santarém	2ª	Meio Ambiente e Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo	1
Alenquer, Barcarena, Bragança, Breves, Cametá, Canaã dos Carajás, Capanema, Conceição do Araguaia, Curuçá, Igarapé-Açu, Igarapé-Miri, Itaituba, Mãe do Rio, Maracanã, Marapanim, Salinópolis, São Miguel do Guamá, Soure, Tailândia, Tucumã, Vigia, Viseu e Xinguara.	2ª	Atribuições concorrentes a outras áreas	47
Acará, Afuá, Almeirim, Monte Dourado, Anajás, Anapú, Augusto Corrêa, Aurora do Pará, Aveiro, Bagre, Baião, Bonito, Brasil Novo, Breu Branco, Bujaru, Cachoeira do	1ª	Atribuições concorrentes a outras áreas	73

Arari, Capitão Poço, Chaves, Colares, Concórdia do Pará, Curionópolis, Curralinho, Dom Eliseu, Eldorado do Carajás, Faro, Garrafão do Norte, Goianésia do Pará, Gurupá, Inhangapi, Irituia, Ipixuna do Pará, Itupiranga, Jacareacanga, Jacundá, Juruti, Limoeiro do Ajuru, Magalhães Barata, Medicilândia, Melgaço, Mocajuba, Nova Timboteua, Novo Repartimento, Oeiras do Pará, Ourém, Ourilândia do Norte, Pacajá, Peixe-Boi, Portel, Porto de Moz, Prainha, Primavera, Rurópolis, Salvaterra, Santa Bárbara do Pará, Santa Luzia do Pará, Santa Maria do Pará, Santana do Araguaia, Santarém Novo, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Araguaia, São Domingos do Capim, São Félix do Xingu, São Francisco do Pará, São Geraldo do Araguaia, São João de Pirabas, São João do Araguaia, São Sebastião da Boa Vista, Senador José Porfírio, Terra Santa, Ulianópolis e Uruará.			
Total			138

Fonte: Departamento de Atividades Judiciais, Portal do MPPA – Institucional – Promotorias de Justiça – Número de Cargos das Promotorias de Justiça (3ª, 2ª e 1ª Entrância).

Compilação: COGEPE e CAO Ambiental.

3.2. **FORÇA DE TRABALHO**

Para a concretização de suas atividades o CAO Ambiental conta com a seguinte força de trabalho:

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO/CARGO
ALBELY MIRANDA LOBATO	COORDENADORA	BACHAREL EM DIREITO/ PROMOTORA DE JUSTIÇA
ALESSANDRA REBELO CLOS	PJ AUXILIAR	BACHAREL EM DIREITO/ PROMOTORA DE JUSTIÇA
MARIA JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO CUNHA	PJ AUXILIAR	BACHAREL EM DIREITO/ PROMOTORA DE JUSTIÇA
KATIA DE OLIVEIRA CARVALHEIRO	ASSESSORIA	BACHAREL EM DIREITO/ ASSESSORA
LARISSA MONTEIRO NASCIMENTO	APOIO ADM.	BACHAREL EM DIREITO/ AUX.ADM
SYLVIA CHRISTINA SOUZA DE OLIVERA SANTOS	APOIO ADM.	ARQUITETURA E URBANISMO/ AUX.ADM
ANA PAULA SOUZA DA SILVA	ESTAGIÁRIA	BACHARELANDA EM DIREITO /ESTAGIÁRIA
DANIELLY TEIXEIRA CAMPOS	ESTAGIÁRIA	BACHARELANDA EM DIREITO /ESTAGIÁRIA
BEATHRIZ DE SOUSA FIGUEIREDO	ESTAGIÁRIA	BACHARELANDA EM ADMINISTRAÇÃO/ESTAGIÁRIA
SUEDY DE AVIZ NASCIMENTO	ESTAGIÁRIA	BACHARELANDA EM ADMINISTRAÇÃO/ESTAGIÁRIA

3.3. ANÁLISE DOS CENÁRIOS

O planejamento proposto engloba a análise de cenários para tomada de decisões. Para isso, foram observados os 4 (quatro) fatores que compõem a metodologia SWOT: a identificação das forças, fraquezas (ambiente interno), oportunidades e ameaças (ambiente externo). Essa análise foi realizada em duas etapas: Na primeira delas, os integrantes do CAO Ambiental responderam de forma direta quais as forças e fraquezas que eles observavam no ambiente interno e, quais as potenciais oportunidades e ameaças do ambiente externo. O resultado foi o apresentado abaixo:

AMBIENTE INTERNO

FORÇAS	
• Ambiente de trabalho • Comunicação interna • Engajamento da equipe • Entrosamento da equipe • Acesso à chefia pela equipe • Acesso à equipe pela chefia • Capacidade de articulação da equipe • Proatividade • Capacidade técnica temática da equipe	• Experiência da equipe • Interação com os stakeholders • Implementação e monitoramento da Gestão • Apoio, envolvimento e engajamento do PGJ • Maturidade institucional do CAO em função de seus 25 anos de existência • Autonomia na tomada de decisão do CAO • Alinhamento das ações e projetos com o PEI • Grande abrangência de cooperação e parcerias
FRAQUEZAS	
• Invisibilidade do trabalho produzido • Interação com outras unidades Ministeriais • Organização da memória institucional do CAO • Planejamento anual das atividades • Elaboração e monitoramento dos Planos de Trabalho dos GT's • Alinhamento das ações e projetos da comissão ao CMA-CNMP • Alinhamento das ações e projetos aos ODS da ONU	• Monitoramento quantitativo e qualitativo dos produtos e serviços • Limitação dos serviços de internet no interior • Equipes administrativa e técnica reduzidas • Ausência de Plano de Comunicação • Ação centralizada que limita a regionalização

AMBIENTE EXTERNO

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
• Criação do fundo/banco de projetos do MPPA. • Monitoramento da gestão ambiental municipal. • Disseminação e incentivo aos acessos dos sistemas eletrônicos ambientais. • Atuação regionalizada. • Captação de recursos externos para projetos ambientais. • Parceria/Acordos de Cooperação Técnica com instituições públicas, privadas e do 3o setor. • Importância do Pará em termos de biodiversidade, recursos hídricos e serviços sistêmicos no cenário mundial. • Representação em Conselhos, Comissões e GT's externos. • Abrangência de leis e/ou jurisprudência na área ambiental nas diferentes esperas administrativas.	• Estado do Pará como referência Nacional em crimes ambientais (desmatamento, queimadas, comércio ilegal de madeiras, tráfico de animais, mineração e garimpagem). • Baixa qualidade em saneamento básico. • Destinação inadequada de resíduos sólidos, baixa taxa de coleta seletiva e inexistência de logística reversa. • Extensão territorial. • Limitação do sinal de internet. • Crime organizado na área ambiental. • Valoração de danos ambientais e padronização de critérios. • Pouca valorização da cultura imaterial • Degradação e perda do Patrimônio Histórico material. • Pulverização da gestão ambiental.

Após a identificação das Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, os participantes foram provocados a dar notas para os impactos causados pelos encontros das sentenças com base nos seguintes critérios:

NÍVEIS DE IMPACTO DAS VARIÁVEIS		Pensando: Como vou definir um valor para cada nível?
Forte impacto	5	Qual o impacto do ponto fraco para <i>agravar/potencializar</i> uma ameaça ?
Médio impacto	3	Qual o impacto do ponto forte para <i>neutralizar/minimizar</i> uma ameaça ?
Fraco impacto	1	Qual o impacto do ponto fraco no <i>aproveitamento</i> de uma oportunidade ?
Nenhum impacto	0	Qual o impacto do ponto forte para <i>potencializar</i> uma oportunidade ?

Os resultados obtidos foram os apresentados abaixo na Matriz:

		AMBIENTE INTERNO	
		FRAQUEZAS	FORÇAS
AMBIENTE EXTERNO	AMEAÇAS	1) SOBREVIVÊNCIA 764	2) MANUTENÇÃO 1.238
	OPORTUNIDADES	3) CRESCIMENTO 1.855	4) DESENVOLVIMENTO 1.212

De acordo com a metodologia de diagnóstico utilizada, o resultado apresentado mostra que o CAO Ambiental, apesar das fraquezas e ameaças, não apresenta grandes restrições para a condução bem-sucedida de seu plano setorial uma vez que o quadrante 3 apresentou maior pontuação o que, conforme a SWOT cruzada, é o **QUADRANTE DE CRESCIMENTO**. Abaixo, o significado dos quadrantes visando melhor entendimento.

I. Sobrevivência: Ocorre quando prevalece o cruzamento das fraquezas com as ameaças. Nesse caso, a organização deve estabelecer um plano defensivo para evitar que as ameaças externas sejam potencializadas pelos pontos fracos.

II. Manutenção: Ocorre quando prevalece o cruzamento das forças com as ameaças. Nesse caso, a organização deve aproveitar os pontos fortes para identificar modos de diminuir as vulnerabilidades.

III. Crescimento: Ocorre quando prevalece o cruzamento das fraquezas com as oportunidades. Nesse caso, a organização deve procurar neutralizar os pontos fracos de modo a melhor aproveitar as oportunidades.

IV. Desenvolvimento: Ocorre quando prevalece o cruzamento das forças com as oportunidades. Nesse caso, a organização deve melhor gerir suas forças para potencializar as oportunidades e desenvolver suas vantagens competitivas.

4 SELEÇÃO DOS DESAFIOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA NO PLANO SETORIAL AMBIENTAL

A Procuradoria-Geral de Justiça, após ouvir membros, servidores e a sociedade, priorizou 4 (quatro) eixos de atuação para sua gestão no biênio 2021 – 2022: Atuação funcional e qualidade da carreira, Estrutura física e operacional, Gestão Estratégica e Segurança institucional. Esses eixos desdobram-se em 48 desafios, sendo que destes, a equipe técnica do CAO AMBIENTAL identificou 6 (seis), como sendo ligados as suas atividades e, por conseguinte, serão considerados nas iniciativas e projetos deste plano. São eles:

- I. Estimular a atuação preventiva, resolutiva e pedagógica do Ministério Público, atualizando, estimulando e fortalecendo programas e projetos que articulem soluções e a autocomposição de conflitos, inclusive os de natureza coletiva agrária e ambiental, prestigiando o NUPEIA (Núcleo Permanente de Incentivo a Autocomposição), o NAF (Núcleo de Questões Agrárias Fundiárias) e o projeto de implantação das Câmaras Estaduais de Tratamento de Conflitos, em compromisso constitucional e social com a cidadania (08);
- II. Conduzir os estudos de viabilidade da implantação das Promotorias de Justiça Regionais Ambientais, dotando-as de estrutura necessária à satisfatória atuação, observando as peculiaridades estaduais (09);
- III. Otimizar a criação de Grupos de Trabalho, ouvidos os membros com atuação na área objeto do trabalho a ser executado, estendendo a prática ao interior do estado, objetivando ampliar as discussões e a implementação das diretrizes institucionais e dos objetivos do MPPA (17);
- IV. Realizar a modernização e reestruturação dos Centros de Apoio Operacional e do GATI, dotando-os de mecanismos capazes de agilizar as respostas às demandas dos órgãos de execução (19);
- V. Estimular a formação de grupos setoriais de discussão e trabalho nas regiões administrativas do MPPA, voltadas à regionalização e uniformização das metas institucionais, para a fiscalização de políticas públicas em áreas sensíveis, a exemplo da saúde e educação (26).
- VI. Disponibilizar, através do CEAf, a realização de cursos de pós-graduação para membros e servidores, inclusive através de acordos de cooperação técnica com instituições de ensino superior (39).

5 AÇÕES DA ÁREA AMBIENTAL

As ações, projetos e iniciativas, apontadas pelo CAO Ambiental foram definidas de acordo com os resultados da Matriz SWOT, das análises dos dados gerais, dos desafios da PGJ constantes no Plano de Gestão Estratégica para o biênio 2021-2022, das estratégias e ações dos objetivos do PEI/MPPA 2021-2029, indicadores do Radar Estratégico do CNMP, objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU, relacionados às atribuições da área Ambiental.

Após a definição das ações a equipe foi incentivada a dizer como pretendia atuar para o alcance dos resultados, compatibilizando essa atuação, com as necessidades internas do setor, propondo uma lista destas ações sem deixar de destacar qual seu relacionamento com a premissa que lhe deu origem. A partir deste portfólio de ações, o CAO AMBIENTAL e os órgãos de execução que têm a mesma matéria de atuação, poderão definir seus projetos e iniciativas, estabelecendo responsáveis e o período de execução destas, dentre outros elementos.

A relação de ações resultante do processo acima citado está descrita no quadro abaixo:

AÇÕES DA ÁREA AMBIENTAL		
O quê?	Fonte	Como?
Fortalecimento da atuação ministerial na fiscalização dos órgãos públicos, com inclusão da elaboração de fluxo de fiscalização nos Órgãos Públicos.	Ação estratégica PEI	Aperfeiçoando e fomentando a atuação do Ministério Público na defesa do Meio Ambiente, fiscalizando as Políticas Públicas Ambientais e fortalecendo e aprimorando a atuação das Promotorias Ambientais.
Incentivo à criação e manutenção de sistemas eletrônicos públicos para acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental, dos autos de fiscalização e da Gestão Ambiental Municipal.	Ação estratégica PEI	Desenvolvendo iniciativas voltadas para o acompanhamento da gestão ambiental estadual e municipais.
Realização de eventos para fortalecimento das experiências exitosas e modelos já adotados pelo MPPA e por outros MPs quanto à atuação integrada, articulada e regionalizada.	Ação estratégica PEI	Realizando eventos com outros Órgãos ministeriais e suas representações na área ambiental visando implementar ações integradas, regionalizadas e articuladas no âmbito deste Ministério Público.
Promoção de Encontros Regionais	Ação estratégica PEI	Realizando reuniões periódicas com os Grupo de Trabalho e temático de relevância para a atuação dos promotores de justiça com atuação ambiental.
Fomento à redução das desigualdades regionais e combate à discriminação social com ações de sustentabilidade e afirmativas de direitos.	Ação estratégica PEI	Desenvolvendo iniciativas voltadas para a sustentabilidade com vistas a promover a qualidade vida no meio urbana e rural (mobilidade urbana, urbanismo, habitação).
Indução de políticas públicas, privilegiando a atuação extrajudicial, especialmente em atenção à população do campo, das florestas e das águas	Ação estratégica PEI	Desenvolvendo iniciativas que fortaleçam a atuação extrajudicial do Ministério Público nos projetos que ocasionem impactos sócio ambientais nos locais onde eles serão desenvolvidos (rodovias, linhões de energia, mineração, barragens, entre outros).
Fomento ao debate social e institucional de forma integrada por meio de Fóruns Regionais ou locais, e de oficinas, especialmente em Regiões de Fronteira	Ação estratégica PEI	Fomentando o debate visando ouvir a comunidade sobre o fundamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU nº 07 (energia limpa e acessível), nº 12 (consumo e produção responsáveis), nº 13 (ação contra a mudança global do clima) e nº 16 (paz, justiça e instituições eficazes).
Fomento ao debate sobre fontes de geração de energia	Ação estratégica PEI	Fomentando o debate sobre o fundamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU nº 07 (energia limpa e acessível).
Contribuição ao fortalecimento dos órgãos de monitoramento e fiscalização, visando o combate ao desmatamento ilegal e queimadas.	Ação estratégica PEI	Criando e coordenando grupos de trabalho regionais e temáticos; articulando com órgãos ambientais públicos e da sociedade civil; possibilitando o acesso e treinamento a plataformas de sistemas eletrônicos de diagnóstico de danos ambientais e previsão de áreas de risco.

Coordenação de ação articulada para o enfrentamento ao desmatamento e queimadas ilegais no Estado do Pará	Ação estratégica PEI	Realizando parcerias com órgãos ambientais, de justiça e organismos internacionais.
Coordenação de Ação Integrada pela Universalização do Saneamento Básico no Pará	Ação estratégica PEI	Promovendo articulação Interinstitucional; implantando projeto Universalização do Saneamento Básico, abrangendo o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais urbanas.
Fortalecimento da atuação institucional integrada e regionalizada.	Ação estratégica PEI	Desenvolvendo iniciativas de atuação conjunta do Ministério Público nas temáticas ambientais com os promotores de justiça.
Definição de procedimentos, em conjunto com a sociedade, para a melhoria do trânsito, do transporte, e da acessibilidade urbana, bem como, fomento a criação de comissões para acompanhar a regular manutenção das rodovias.	Ação estratégica PEI	Articulando com os órgãos de execução do MPPA e os órgãos públicos competentes; coordenando Grupos de Trabalho e produzindo materiais de apoio e modelos para atuação ministerial.
Aprimoramento da comunicação externa e interna, com iniciativas que aumentem a transparência da gestão para a sociedade e a aproximação com membros e servidores.	Ação estratégica PEI	Divulgando relatórios anuais, atividades, publicações nas mídias do Ministério Público (site e redes sociais); promoção de eventos públicos temáticos.
Investimento no desenvolvimento de campanhas com publicações em diversas mídias.	Radar Estratégico	Elaborando o plano de comunicação das ações do CAOAMBIENTAL.
Estudo de adequação da necessidade de infraestrutura mínima, de acordo com as normas técnicas e critérios econômicos, sociais, geográficos, ambientais, demandas e produtividade.	Ação estratégica PEI	Realizando o acompanhamento Institucional compatibilizando as necessidades internas com as ações e projetos nas demandas ambientais.
Elaboração do Manual de Projetos/Portfólio.	Ação estratégica PEI	Elaborando o portfólio de projetos do CAOAMBIENTAL como subsídio para a elaboração dos PA's.
Desenvolvimento de políticas nacionais de inovação com foco em resultados finalísticos e estruturantes através de projetos e ações Estabelecimento de parcerias com universidades e instituições de pesquisa e extensão como forma de fomentar práticas inovadoras	Radar Estratégico	Promovendo articulações com Institutos de Ensino Superior - IES, da sociedade civil, entre outros, com foco na atuação dos órgãos de execução.
Criação de grupo especializado de planejamento e gestão sustentável, vinculado à alta administração da unidade	Radar Estratégico	Coordenando anualmente a atualização da portaria de composição do Comitê do Programa MP Sustentável, instituído em 2010 (Portaria nº 31783/2010-MP/PGJ).
Elaboração de modelo de planejamento e gestão sustentável	Radar Estratégico	Elaborando estudos, levantamentos, reuniões e medições de consumo, como base para a gestão sustentável e demandas de ações e campanhas.
Elaboração e implementação de Plano de Gestão Sustentável	Radar Estratégico	Executando as ações previstas no Programa MP Sustentável.
Monitoramento do Plano de Gestão Sustentável	Radar Estratégico	Coordenando reuniões periódicas da Comissão do Programa MP Sustentável; diagnósticos periódicos de material de consumo utilizado nas unidades do MP bem como orientações para seu descarte adequado.
Criação de um banco de socialização do conhecimento	Ação estratégica PEI	Organizando a disponibilização de informações e materiais de atuação.

Construção do MP 100% digital	Ação estratégica PEI	Coordenando reuniões periódicas da Comissão do Programa MP Sustentável, com metas, ações e avaliações específicas.
Defesa do Bem-estar e Direito Animal	AÇÃO CAO AMBIENTAL	Criando e implementando projetos Pesca Predatória, Combate ao Tráfico de Animais Silvestres, Projeto de substituição dos veículos de tração animal (VTA), e Projeto Animais de rua e abrigos.
Enfrentamento aos Desmatamentos e Queimadas ilegais	AÇÃO CAO AMBIENTAL	Coordenando Grupo de Trabalho temático; executando o Projeto Enfrentamento aos Desmatamentos e Queimadas ilegais; realizando articulações institucionais com órgãos ministeriais da Amazônia, órgãos de pesquisa e fiscalização.
Apoio à Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos	AÇÃO CAO AMBIENTAL	Promovendo ações regionalizadas articuladas; elaborando diagnósticos da situação dos resíduos sólidos no Estado; produzindo materiais de apoio; apoiando os órgãos de execução no fortalecimento das organizações de catadores de resíduos sólidos e na correta destinação de resíduos sólidos pelos grandes geradores.
Ação pela regularização ambiental de cemitérios	AÇÃO CAO AMBIENTAL	Organizando eventos e produzindo material de apoio (roteiro/modelos) aos órgãos de execução.
Ação pela regularização ambiental de empresa de envasamento de águas para consumo humano	AÇÃO CAO AMBIENTAL	Organizando eventos e produzindo material de apoio (roteiro/modelos) aos órgãos de execução.
Ação pelo enfrentamento à poluição sonora	AÇÃO CAO AMBIENTAL	Organizando eventos e produzindo material de apoio (roteiro/modelos) aos órgãos de execução.
Proteção e conservação do Patrimônio Histórico e Cultural	AÇÃO CAO AMBIENTAL	Realizando ações articuladas regionalmente; produzindo materiais de apoio (roteiro/modelos) aos órgãos de execução.
Incentivo à criação e efetivação de Unidades de Conservação estaduais e municipais	AÇÃO CAO AMBIENTAL	Produzindo materiais de apoio (roteiro/modelos) aos órgãos de execução, destacando importância das áreas protegidas e as etapas de regularização e proteção.
Incentivo à criação e adoção da Política Estadual de Educação Ambiental	AÇÃO CAO AMBIENTAL	Articulando interinstitucionalmente para a aprovação da Política Estadual de Educação Ambiental.
Combate aos Crimes Ambientais	AÇÃO CAO AMBIENTAL	Articulando com os órgãos de execução do MPPA e com os órgãos públicos competentes em ações de comando e controle dos crimes ambientais; produzindo materiais de apoio e modelos para atuação ministerial.
Incentivo à adoção de políticas e ações de mitigação e compensação pelas mudanças climáticas	AÇÃO CAO AMBIENTAL	Produzindo material de apoio (roteiro/modelos) aos órgãos de execução; articulando interinstitucionalmente para criação e execução de políticas.
Acompanhamento das políticas públicas habitacionais	AÇÃO CAO AMBIENTAL	Produzindo material (roteiro/modelos) aos órgãos de execução para apoio de análise e acompanhamento de projetos ou ocupações que resultem em parcelamento do solo, implantação de loteamentos, condomínios, conjuntos e cooperativas habitacionais, com foco na garantia do direito à moradia.
Incentivo ao planejamento, regularização e monitoramento do Parcelamento do Uso do Solo	AÇÃO CAO AMBIENTAL	Organizando eventos e produzindo material de apoio (roteiro/modelos) aos órgãos de execução.
Ação pela conservação e uso racional dos recursos hídricos e proteção das Áreas de Preservação Permanente (APP)	AÇÃO CAO AMBIENTAL	Organizando eventos e produzindo materiais de apoio (roteiro/modelos) aos órgãos de execução.

6 ROL DE PROJETOS E INICIATIVAS

Após a fase de diagnóstico através da Matriz SWOT e da definição de como serão executadas as ações com a aplicação da Matriz 5W2H, inicia-se a fase da elaboração dos projetos propriamente dito, com uso dos demais recursos desta última matriz, resultando num rol de projetos. O formulário com os projetos e iniciativas prioritários apontados pelo CAO Ambiental, nas suas áreas de atuação e que serão realizados no período de vigência do plano, será alimentado no sistema com as informações constantes no modelo de formulário presente no anexo deste plano.

Por implicar no desdobramento das ações no nível de entregas, há necessidade de preenchimento do formulário de detalhamento do projeto, devendo conter os elementos descritos na ficha de projetos. Caso a ação não seja trabalhada a nível de projeto, sendo suficiente a tomada de iniciativas para o seu entendimento, o formulário da ficha de iniciativas é o que deve ser adotado. Ambos os formulários (Ficha de Projeto e de Iniciativa) estão também no anexo deste plano.

No quadro a seguir, se encontra identificado o Rol de projetos e de iniciativas apontado pelo CAO Ambiental:

Rol de Projetos e Iniciativas					
Programa/ Projeto/ Iniciativa	Nome <i>(Qual o nome do Programa/ projeto/ iniciativa?)</i>	Ação Estratégica <i>(Este programa/projeto/iniciativa está relacionado a qual ação estratégica?)</i>	Responsável: <i>(Quem responde pelo projeto/ iniciativa?)</i>	Matéria <i>(Qual matéria está relacionada o projeto/ iniciativa?)</i>	Status <i>(Qual o status do projeto/ iniciativa?)</i>
Projeto	Seminário Previsão de riscos de desmatamentos e queimadas em dois municípios do Pará	Realização de eventos para fortalecimento das experiências exitosas e modelos já adotados pelo MPPA e por outros MPs quanto à atuação integrada, articulada e regionalizada.	CAO AMBIENTAL	Cível	Não iniciado
Projeto	Diálogos CAO Ambiental: Fomento ao debate sobre fontes de geração de energia	Fomentando o debate sobre o fundamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU nº 07 (energia limpa e acessível).	CAO AMBIENTAL	Cível	Não iniciado
Projeto	Universalização do Saneamento Básico	Coordenação de Ação Integrada pela Universalização do Saneamento Básico no Pará.	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Projeto	Criação de portfólio de projetos do CAOAMBIENTAL como subsídio para a elaboração dos PA's	Elaboração do Manual de Projetos/Portfólio	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Programa	MP Sustentável	Criação de grupo especializado de planejamento e gestão sustentável, vinculado à alta administração da unidade	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado

Projeto	Elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do MPPA – prédio sede e anexos (Programa MP Sustentável)	Elaboração e implementação de Plano de Gestão Sustentável	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Projeto	Elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos nas regiões administrativas do MPPA (Programa MP Sustentável)	Elaboração e implementação de Plano de Gestão Sustentável	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Projeto	Dia “D” do descarte consciente no MPPA (Programa MP Sustentável)	Elaboração e implementação de Plano de Gestão Sustentável	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Iniciativa	Disponibilização de informações e materiais de atuação para público do MPPA	Criação de um banco de socialização do conhecimento	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Projeto	Roteiro com modelos para atuação ministerial na regularização ambiental de cemitérios	Ação pela regularização ambiental de cemitérios	CAO AMBIENTAL	Cível	Não iniciado
Projeto	Roteiro com modelos para atuação ministerial na regularização ambiental de empresa de envasamento de águas para consumo humano	Ação pela regularização ambiental de empresa de envasamento de águas para consumo humano.	CAO AMBIENTAL	Cível	Não iniciado
Projeto	Roteiro com modelos para atuação ministerial no pelo enfrentamento à poluição sonora	Ação pelo enfrentamento à poluição sonora	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Projeto	Roteiro com modelos para atuação ministerial na Proteção e conservação do Patrimônio Histórico e Cultural	Proteção e conservação do Patrimônio Histórico e Cultural	CAO AMBIENTAL	Cível	Não iniciado
Projeto	Roteiro com modelos para atuação ministerial na criação e efetivação de Unidades de Conservação estaduais e municipais	Incentivo à criação e efetivação de Unidades de Conservação estaduais e municipais	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Projeto	Roteiro com modelos para atuação ministerial no acompanhamento das políticas públicas habitacionais	Acompanhamento das políticas públicas habitacionais	CAO AMBIENTAL	Cível	Não iniciado
Projeto	Roteiro com modelos para atuação ministerial sobre parcelamento do uso do solo	Incentivo ao planejamento, regularização e monitoramento do Parcelamento do Uso do Solo	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Projeto	Roteiro orientativo para atuação ministerial no monitoramento da Gestão Ambiental Municipal	Fortalecimento da atuação ministerial na fiscalização dos órgãos públicos, com inclusão da elaboração de fluxo de fiscalização nos Órgãos Públicos.	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado

Iniciativa	Encaminhamento aos órgãos de execução de informações de relevante interesse na fiscalizando as Políticas Públicas Ambientais	Fortalecimento da atuação ministerial na fiscalização dos órgãos públicos, com inclusão da elaboração de fluxo de fiscalização nos Órgãos Públicos.	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Iniciativa	Articulação com a SEMAS/PA para gestão do Termo de Cooperação Técnica firmado, com vistas à manutenção dos acessos aos seus sistemas eletrônicos	Incentivo à criação e manutenção de sistemas eletrônicos públicos para acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental, dos autos de fiscalização e da Gestão Ambiental Municipal	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Projeto	Ciclo Anual de Oficinas em Sistemas de Gestão Ambiental da SEMAS/PA	Incentivo à criação e manutenção de sistemas eletrônicos públicos para acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental, dos autos de fiscalização e da Gestão Ambiental Municipal	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Iniciativa	Realização de reuniões periódicas com os Grupos de Trabalho	Promoção de Encontros Regionais	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Iniciativa	Articulação interinstitucional e promoção de atividades e diagnósticos da qualidade da mobilidade urbana, urbanismo, habitação	Fomento à redução das desigualdades regionais e combate à discriminação social com ações de sustentabilidade e afirmativas de direitos.	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Iniciativa	Pesquisas e diagnósticos dos projetos que causem impactos socioambientais (rodovias, linhões de energia, mineração, barragens, outros)	Indução de políticas públicas, privilegiando a atuação extrajudicial, especialmente em atenção à população do campo, das florestas e das águas.	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Projeto	Diálogos CAO Ambiental sobre Padrão Espacial da Exploração Mineral no Estado do Pará	Fomento ao debate social e institucional de forma integrada por meio de Fóruns Regionais ou locais, e de oficinas, especialmente em Regiões de Fronteira.	CAO AMBIENTAL	Cível	Concluído
Projeto	Diálogos CAO Ambiental sobre Recursos Hídricos e APP'S: impactos e desafios	Fomento ao debate social e institucional de forma integrada por meio de Fóruns Regionais ou locais, e de oficinas, especialmente em Regiões de Fronteira.	CAO AMBIENTAL	Cível	Concluído
Projeto	Diálogos CAO Ambiental sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável quanto ao consumo e produção responsáveis	Fomento ao debate social e institucional de forma integrada por meio de Fóruns Regionais ou locais, e de oficinas, especialmente em Regiões de Fronteira.	CAO AMBIENTAL	Cível	Não iniciado
Projeto	Diálogos CAO Ambiental sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável quanto à energia limpa	Fomento ao debate social e institucional de forma integrada por meio de Fóruns Regionais ou locais, e de oficinas, especialmente em Regiões de Fronteira.	CAO AMBIENTAL	Cível	Não iniciado

Projeto	Diálogos CAO Ambiental sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável quanto à mudança global do clima e pela paz, justiça e instituições eficazes.	Fomento ao debate social e institucional de forma integrada por meio de Fóruns Regionais ou locais, e de oficinas, especialmente em Regiões de Fronteira.	CAO AMBIENTAL	Cível	Não iniciado
Iniciativa	Parcerias com órgãos ambientais, de justiça, Institutos de Ensino Superior - IES e organismos internacionais	Coordenação de ação articulada para o enfrentamento ao desmatamento e queimadas ilegais no Estado do Pará.	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Iniciativa	Envio periódico dos alertas de desmatamento (SAD/IMAZON) para os municípios prioritários conforme a lista do Ministério do Meio Ambiente	Coordenação de ação articulada para o enfrentamento ao desmatamento e queimadas ilegais no Estado do Pará.	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Iniciativa	Desenvolver iniciativas de atuação conjunta do Ministério Público nas temáticas ambientais com os promotores de justiça	Fortalecimento da atuação institucional integrada e regionalizada.	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Iniciativa	Atuação articulada com os órgãos de execução do MPPA e os órgãos públicos competentes através de Grupo de Trabalho	Definição de procedimentos, em conjunto com a sociedade, para a melhoria do trânsito, do transporte, e da acessibilidade urbana, bem como, fomento a criação de comissões para acompanhar a regular manutenção das rodovias.	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Projeto	Produção de material de apoio e modelos para atuação ministerial sobre trânsito, do transporte, e da acessibilidade urbana	Definição de procedimentos, em conjunto com a sociedade, para a melhoria do trânsito, do transporte, e da acessibilidade urbana, bem como, fomento a criação de comissões para acompanhar a regular manutenção das rodovias.	CAO AMBIENTAL	Cível	Não iniciado
Iniciativa	Divulgação de relatórios anuais, atividades, publicações nas mídias do Ministério Público	Aprimoramento da comunicação externa e interna, com iniciativas que aumentem a transparência da gestão para a sociedade e a aproximação com membros e servidores.	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Iniciativa	Acompanhamento Institucional compatibilizando as necessidades internas com as ações e projetos nas demandas ambientais.	Estudo de adequação da necessidade de infraestrutura mínima, de acordo com as normas técnicas e critérios econômicos, sociais, geográficos, ambientais, demandas e produtividade	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado

Iniciativa	Promovendo articulações com Institutos de Ensino Superior - IES, da sociedade civil, entre outros, com foco na atuação dos órgãos de execução.	Desenvolvimento de políticas nacionais de inovação com foco em resultados finalísticos e estruturantes através de projetos e ações Estabelecimento de parcerias com universidades e instituições de pesquisa e extensão como forma de fomentar práticas inovadoras	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Iniciativa	Coordenação de reuniões periódicas da Comissão do MP Sustentável; diagnósticos periódicos de material de consumo utilizado nas unidades do MP bem como seu descarte adequado (MP Sustentável)	Monitoramento do Plano de Gestão Sustentável	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Iniciativa	Coordenação de reuniões periódicas da Comissão MP Sustentável com metas, ações e avaliações.	Construção do MP 100% digital	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Iniciativa	Apoio para a aprovação da Política Estadual de Educação Ambiental	Incentivo à criação e adoção da Política Estadual de Educação Ambiental	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Iniciativa	Atuação articulada com os órgãos de execução do MPPA e os órgãos públicos competentes	Combate aos Crimes Ambientais	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Iniciativa	Coordenação de Grupo de Trabalho regionais e temáticos; articulação com órgãos ambientais públicos e da sociedade civil; acesso e treinamento a plataforma de sistemas eletrônicos de diagnóstico de danos ambientais e previsão de áreas de risco	Contribuição ao fortalecimento dos órgãos de monitoramento e fiscalização, visando o combate ao desmatamento ilegal e queimadas	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Projeto	Criação e implementação do Projeto Animais de rua e abrigos.	Defesa do Bem-estar e Direito Animal	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Projeto	Criação e implementação do Projeto Pesca Predatória	Defesa do Bem-estar e Direito Animal	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Projeto	Criação e implementação do Projeto Combate ao Tráfico de Animais Silvestres	Defesa do Bem-estar e Direito Animal	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado

Projeto	Criação e implementação do Projeto de substituição dos veículos de tração animal (VTA)	Defesa do Bem-estar e Direito Animal	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Projeto	Projeto Enfrentamento aos Desmatamentos e Queimadas ilegais	Enfrentamento aos Desmatamentos e Queimadas ilegais	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Projeto	Panorama Estadual da gestão dos resíduos sólidos, organização de catadores de resíduos sólidos e saneamento urbano	Apoio à Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos	CAO AMBIENTAL	Cível	Iniciado
Projeto	Roteiro com modelos para atuação ministerial sobre ações de correta destinação de resíduos sólidos pelos grandes geradores	Apoio à Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos	CAO AMBIENTAL	Cível	Não iniciado
Projeto	Roteiro com modelos para atuação ministerial sobre de mitigação e compensação pelas mudanças climáticas	Incentivo à adoção de políticas e ações de mitigação e compensação pelas mudanças climáticas	CAO AMBIENTAL	Cível	Não iniciado

7 FICHA DE PROJETOS E INICIATIVAS

Os projetos (ações com caráter temporário) e iniciativas (ações com caráter permanente) correspondem ao desdobramento das estratégias indicadas por Procuradores e Promotores de Justiça no Plano Estratégico Institucional PEI- 2021-2029. Nesse sentido, o CAO Ambiental vem desenvolvendo projetos e iniciativas apresentados em fichas específicas, constantes em anexo, correspondendo as respostas aos quesitos que compõem a Matriz 5W2H.

8 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

O objetivo da definição de ações de capacitação, é a formação de um banco de eventos, em especial, cursos, direcionados à temática ambiental, para aprimorar membros e servidores nas competências necessárias, de modo a garantir o alcance dos resultados e das metas estabelecidas no plano setorial do CAO Ambiental e, consequentemente, para atender efetivamente às demandas da sociedade.

A seguir, as ações de capacitação, dirigidas à membros e servidores e estagiários, as quais deverão ocorrer no período de vigência deste Plano Setorial e que comporão o SIGI.

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO CAO AMBIENTAL

Eventos Educativos

Evento 1:

Descrição do Evento: O I Ciclo de Oficinas de capacitação no acesso aos sistemas eletrônicos ambientais da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará – SEMAS

Nº de Turmas:	5	Nº Participantes (por turma):	30
----------------------	---	--------------------------------------	----

Carga Horária (por turma)	04 horas	Carga Horária (total)	20 horas
----------------------------------	----------	------------------------------	----------

Público-Alvo: Membros e servidores com atuação na área ambiental

Ementa: A instrumentalidade do acesso a informações ambientais geradas ou mantidas por órgãos públicos permite o monitoramento de políticas públicas na área ambiental, e nos tempos atuais é instrumento fundamental para obtenção de informações, monitoramento da regularidade de atividades que causem impactos ambientais bem como orientar as políticas públicas na área.

Para as questões ambientais, normalmente relacionadas a processos complexos e que muitas vezes exigem agilidade no levantamento das informações, os sistemas eletrônicos apresentam várias vantagens, como o acesso remoto, rápido e direto, agilizando processos e economizando tempo e recursos.

O treinamento de membros e seus assessores jurídicos e técnicos nos sistemas eletrônicos da SEMAS tem o potencial de contribuir com a eficiência e qualidade da atuação ministerial no cumprimento de suas funções.

Conteúdo: O I Ciclo de Oficinas de capacitação no acesso aos sistemas eletrônicos ambientais da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará – SEMAS, compreende 05 (cinco) módulos de Oficinas independentes, organizadas de forma remota, englobando 08 (oito) sistemas eletrônicos ambientais, cujos acessos possibilitarão consultas, monitoramento e relatórios de cadastros, licenciamentos, fiscalização de atividades de recursos da fauna, flora, hídricos ou que causem impactos ao meio ambiente:

- Sistema de Cadastro Ambiental Rural – CAR-PA e SICAR Nacional.
- Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental – SIMLAM.
- Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais – SISFLORA.
- Sistema de Fiscalização.
- Lista de Desmatamento Ilegal - LDI
- Programa de Recuperação Ambiental – PRA.
- Dispensa de Licenciamento Ambiental – DLA
- Sistema de Gestão De Recursos Hídricos do Estado Do Pará – SIGERH.
- Sistema de Fauna, Agricultura e Pesca – SISFAP.

Local: Plataforma disponibilizada pelo CEAF

Horário: 15h às 17h

Material Utilizado: Computadores com acesso à internet

Perfil do Profissional:

CORPO DOCENTE

- SICAR / PRA - Reinaldo Brasil
- SIMLAM - Larissia Viana
- SISFLORA - Marcelo Colares e Marília Costa
- SISFAP - Marcelo Colares
- Fiscalização / LDI - Pedro Moreno e Emily Araújo
- ENTRADA ÚNICA / DLA / SIGERH - Yuri Souza
- Diretoria de Tecnologia - Diretor: Vagner Brito
- Gerência de Sistemas (GESIS) - Técnica : Atamy Tanoue
- Gerência de Suporte ao Usuário (GESUP) - Equipe Técnica de Suporte a Sistemas
- Equipe de Requisitos : Larissia Viana
- Equipe de B.I.: David Kesting

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO CAO AMBIENTAL

Eventos Educativos

Evento 2:

Descrição do Evento:	OFICINA PRESENCIAL - ENCERRAMENTO I CICLO DE CAPACITAÇÃO EM SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL DA SEMAS		
Nº de Turmas:	1	Nº Participantes (por turma):	25
Carga Horária (por turma)	04 horas	Carga Horária (total)	04 horas
Público-Alvo:	Membros e servidores com atuação na área ambiental		
Ementa:	A instrumentalidade do acesso a informações ambientais geradas ou mantidas por órgãos públicos permite o monitoramento de políticas públicas na área ambiental, e nos tempos atuais é instrumento fundamental para obtenção de informações, monitoramento da regularidade de atividades que causem impactos ambientais bem como orientar as políticas públicas na área. Para as questões ambientais, normalmente relacionadas a processos complexos e que muitas vezes exigem agilidade no levantamento das informações, os sistemas eletrônicos apresentam várias vantagens, como o acesso remoto, rápido e direto, agilizando processos e economizando tempo e recursos. O treinamento de membros e seus assessores jurídicos e técnicos nos sistemas eletrônicos da SEMAS tem o potencial de contribuir com a eficiência e qualidade da atuação ministerial no cumprimento de suas funções.		
Conteúdo:	Sanar dúvidas de acesso aos Sistemas Eletrônicos Ambientais da SEMAS, preferencialmente aos participantes das oficinas remotas realizadas entre 29 de setembro a 10 de novembro sobre quanto aos passos básicos para acesso aos principais Sistemas Eletrônicos Ambientais disponíveis para controle e monitoramento no Estado do Pará, com ênfase aos administrados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, quanto aos seus conceitos, objetivos e possibilidades de geração de relatórios, sendo eles: • Sistema de Cadastro Ambiental Rural – CAR-PA e SICAR Nacional. • Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental – SIMLAM. • Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais – SISFLORA. • Sistema de Fiscalização. • Lista de Desmatamento Ilegal - LDI • Programa de Recuperação Ambiental – PRA. • Dispensa de Licenciamento Ambiental – DLA • Sistema de Gestão De Recursos Hídricos do Estado Do Pará – SIGERH. • Sistema de Fauna, Agricultura e Pesca – SISFAP.		
Local:	Laboratório de Informática do CEAF, Belém, PA		
Horário:	Das 08:30 às 12:30h		
Material Utilizado:	Computadores e internet do CEAF		
Perfil do Profissional:	CORPO DOCENTE • Sr. Vagner de Brito Nascimento Diretor DTI/SEMAS • Katia de Oliveira Carvalheiro Engenheira florestal, Assessora técnica do CAO Ambiental		

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO CAO AMBIENTAL

Eventos Educativos

Evento 3:

Descrição do Evento:	DIÁLOGOS CAO AMBIENTAL - PADRÃO ESPACIAL DA EXPLOTAÇÃO MINERAL NO ESTADO DO PARÁ.		
Nº de Turmas:	1	Nº Participantes (por turma):	Sem limite
Carga Horária (por turma)	02 horas	Carga Horária (total)	02 horas
Público-Alvo:	Membros, assessores jurídicos e técnicos do MPPA.		
Ementa:	Segundo os dados do MapBiomas, entre 1985 e 2020 a área minerada no Brasil cresceu seis vezes, segundo a mais recente análise temporal do território brasileiro feita pelo MapBiomas. O dado, que resulta da análise de imagens de satélite com o auxílio de inteligência artificial, expressa o salto de 31 mil hectares em 1985 para um total de 206 mil hectares no ano passado. Boa parte desse crescimento se deu mediante a expansão na floresta amazônica. Em 2020, três de cada quatro hectares minerados no Brasil estavam na Amazônia. O bioma concentra 72,5 % de toda a área, incluindo a mineração Industrial e o garimpo. São 149.393 ha; destes, 101.100 ha (67,6%) são de garimpo. A quase totalidade (93,7%) do garimpo do Brasil concentra-se na Amazônia. No caso da mineração industrial, o bioma responde por praticamente a metade (49,2%) da área ocupada por essa atividade no País. Quando a área industrial e garimpeira são somadas, apenas 2 estados são estão presentes no ranking dos 10 municípios de maior área minerada: PA, MT. O primeiro, segundo e terceiro lugar – Itaituba (44.854 ha), Jacareacanga (9.450 ha) e Parauapebas (7.558 ha) – ficam no Pará. O sexto – Peixoto de Azevedo (5.736 ha) – fica no Mato Grosso. Minas Gerais fica de fora do ranking municípios de maior área minerada, quando agrupadas as áreas de garimpo e mineração industrial. Os municípios com maior área garimpada se localizam no Pará, com Itaituba, Jacareacanga, Parauapebas, Oriximiná e São Félix do Xingu ocupando os primeiros lugares.		
Conteúdo:	O objetivo do evento é apresentar o cenário de mineração e garimpo no Estado do Pará, com dados da evolução da mineração industrial e garimpo entre os anos de 1985 e 2020 e contribuir para a atuação ministerial no sentido de oferecer subsídios para elaboração de estratégias de enfrentamento às atividades ilegais e acompanhamento para garantir uma mineração em bases sustentáveis respeitando as áreas protegidas, a biodiversidade, solo e a água e a população que é impactada por estas atividades. Apresentação da evolução das áreas mineradas entre os anos de 1985 e 2020, mostrando sua expansão. Tratam-se de dados que permitem compreender as diferentes dinâmicas das áreas de mineração industrial e garimpo e suas relações, por exemplo, com os preços das commodities, com as unidades de conservação e terras indígenas. BIBLIOGRAFIA Disponível em: https://mapbiomas.org/area-ocupada-pela-mineracao-no-brasil-cresce-mais-de-6-vezes-entre-1985-e-2020.		
Local:	Presencial – auditório do CEAF, Belém, PA Remoto – Plataforma Teams.		
Horário:	Das 15:00h às 17:00h		
Material Utilizado:	Presencial, sem material Remoto com celular ou computador com acesso à internet		
Perfil do Profissional:	CORPO DOCENTE Cesar Guerreiro Diniz - Possui graduação em Oceanografia pela Universidade Federal do Pará (2009), mestrado e doutorado em Geologia e Geoquímica pela Universidade Federal do Pará (2011/2017). Tem experiência na área de Sensoriamento Remoto, atuando principalmente nos seguintes temas: Monitoramento de Ambientes Costeiros, Florestas Tropicais e Mineração e Aprendizado de Máquina. Atualmente é sócio fundador da empresa Solved - Soluções em Geoinformação. Contatos: (91) 98239-1597 – email: cesargdiniz@gmail.com		

Pedro Walfir - Professor Titular do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Pesquisador Titular do Instituto Tecnológico Vale (ITV). Possui graduação em Geologia pela UFPA (1993), mestrado e doutorado em Geologia e Geoquímica pela mesma universidade (1995/2000). É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 1B, Membro Afiliado da Academia Brasileira de Ciências de 2008 a 2012, Membro Titular da Academia Paraense de Ciências desde 2009. Sua principal área de atuação é sensoriamento remoto do ambiente, com foco na mineração e em ambientes costeiros tropicais.
Contatos: (91) 98112-8572 – email: pedro.martins.souza@itv.org

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO CAO AMBIENTAL

Eventos Educativos

Evento 4:

Descrição do Evento:

O evento DIÁLOGOS CAO AMBIENTAL - RECURSOS HÍDRICOS E APP'S: IMPACTOS E DESAFIOS vai contextualizar o cenário de retração da superfície coberta com água no estado do Pará e os sinais de tendência da redução de água, a partir de dados de satélite. De forma complementar, serão apresentadas técnicas de recuperação das Áreas de Preservação Permanente, com exemplos de casos de sucesso. Trata-se de evento híbrido, onde a Mesa de Expositores e Mediadores presencial, na sede do CEAf, e com retransmissão online, em tempo real, para o público do MPPA a partir de inscrição prévia, sendo a gravação do evento disponibilizada ao CAO Ambiental.

Nº de Turmas:

1

Nº Participantes (por turma):

Indeterminado

Carga Horária (por turma)

02 horas

Carga Horária (total)

02 horas

Público-Alvo:

Membros, assessores jurídicos e técnicos do MPPA.

Ementa:

O Brasil possui 12% das reservas de água doce do planeta, constituindo 53% dos recursos hídricos da América do Sul. Existem 83 rios fronteiriços e transfronteiriços, assim como bacias hidrográficas e aquíferos. As bacias hidrográficas transfronteiriças ocupam 60% do território brasileiro. O bioma com a maior área coberta por água no Brasil é a Amazônia, com mais de 10,6 milhões de hectares de área média. Segundo os levantamentos do IMAZON/MapBiomias, são vários fatores que podem explicar a redução de superfície de água no Brasil nos últimos 36 anos. A dinâmica de uso da terra baseada na conversão da floresta para pecuária e agricultura interfere no aumento da temperatura local e muitas vezes altera cabeceiras de rios e de nascentes, podendo também levar ao assoreamento de rios e lagos. A construção de represas em fazendas para irrigação, bebedouro ao longo de rios diminui o fluxo hídrico; e, em maior escala, as grandes represas para produção de energia, com extensas superfícies de água sujeitas a processos de evapotranspiração que leva a perda de água para atmosfera.

Conteúdo:

O objetivo do evento é apresentar o cenário da evolução entre 1985 e 2020 da superfície de água no Estado do Pará, as tendências de redução da água disponível e os principais fatores que geram essa seca. Além do diagnóstico do problema, a segunda parte do evento discorrerá sobre as alternativas de recuperação das Áreas de proteção Permanente, bem como casos práticos de sucesso. Será apresentada a iniciativa inédita de mapeamento territorial da dinâmica da água superficial e de corpos hídricos para todo o território nacional desde 1985, a série Água do MapBiomias Fogo, processou mais de 150 mil imagens geradas pelos satélites Landsat 5, 7 e 8 de 1985 a 2020. Com a ajuda de inteligência artificial, foi analisada a área coberta por água em cada pixel de 30 m X 30 m dos mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados do território brasileiro ao longo dos 36 anos entre 1985 e 2020, distinguindo os corpos hídricos naturais e antrópicos. Ao todo, foram 108 terabytes de imagens processadas, revelando áreas, anos e meses de maior e menor cobertura de água. O método também permite identificar a área com água em cada mês em todo o período, bem como as transições e tendências.
BIBLIOGRAFIA Disponível em: <https://mapbiomas.org/superficie-de-agua-no-brasil-reduz-15-desde-o-inicio-dos-anos-90>
e em: <https://www.youtube.com/watch?v=BaPgUiuE5ns&t=1s>

Local:	Presencial – auditório do CEAF, Belém, PA Remoto – Plataforma Teams
Horário:	Das 15:00h às 17:00h
Material Utilizado:	Presencial, sem material Remoto com celular ou computador com acesso à internet
Perfil do Profissional:	CORPO DOCENTE CARLOS SOUZA JÚNIOR. Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON). É bacharel em Geologia pela Universidade Federal do Pará, Mestre em Ciências dos Solos pela Penn State University e Ph.D. em Geografia pela Universidade da Califórnia de Santa Bárbara. Pesquisador Sênior do Imazon, com pesquisas em análise espacial para conservação e desenvolvimento sustentado da Amazônia, mapeamento e modelagem de estoques de carbono em florestas, e monitoramento de desmatamento e degradação florestal. É Líder da Fundação Avina desde 2008. e em 2010, recebeu o Prêmio Skoll Award on Social Entrepreneurship. Em 2017, recebeu o prêmio de Conservation Fellow da Fundação Mulago. Atua no desenvolvimento de plataformas web para monitoramento colaborativo de florestas incluindo o SAD Earth Engine e do Projeto MapBiomass, onde é coordenador técnico-científico. No campo do empreendedorismo, é co-fundador da Eco-Lógica Consultoria Socioambiental, e da startup Terras App Solutions. Contatos: (91) email: souzajr@imazon.org.br PAULO AMARAL. Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON). Possui mestrado em Manejo e Conservação de Floresta e Biodiversidade pela Centro Agronômico Tropical de Investigación y Enseñanza, Turrialba, Costa Rica (2000), graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (1990). Tem experiência na área de Manejo e Conservação Florestal, atuando principalmente nos seguintes temas: manejo florestal, manejo comunitário, gestão ambiental municipal na Amazônia. Contatos: (91) 99116-1793 - email: pamaral@imazon.org

9 PLANO DE COMUNICAÇÃO

A comunicação é uma ferramenta que promove sinergia para alcançar os resultados almejados e, quando bem trabalhada, auxilia na integração entre os colaboradores. O Plano de Comunicação do CAO Ambiental apresentado abaixo, tem por objetivo informar de forma efetiva os resultados dos projetos e iniciativas programados para a vigência deste Plano Diretor. Para tanto, deve ser estabelecida de forma sistemática como ocorrerá essa comunicação.

Plano de Comunicação				
O que Comunicar?	Público	Canais	Frequência	Responsáveis
Atividades Internas	Equipe	Whatsapp	Diário/semanal	Larissa Nascimento
Atividades do CAO	Público em geral	Boletim	Semestral	Larissa Nascimento
Atividades do CAO	Público em geral	Portal	Diário	Katia Carvalheiro
Atividades dos Grupos de Trabalho e eventos em geral	Membros e Servidores	Página MPPA/Redes Sociais/Imprensa	Cada evento realizado	Larissa Nascimento
Capacitações	Membros e Servidores	Página MPPA/whatsapp	Cada evento	Katia Carvalheiro
Eventos	Público em geral	Página MPPA/Redes Sociais	Cada evento	Katia Carvalheiro
Datas Comemorativas	Público em geral	Redes Sociais	Cada evento	Sylvia Santos

10 LIÇÕES APRENDIDAS

Uma vertente nova, apresentada na área do planejamento estratégico, é a gestão de lições aprendidas, posto que é comum que ocorram erros e acertos durante o desdobramento do planejamento estratégico em projetos e ações. Assim, não ignorar a gestão de lições aprendidas é tão importante para o sucesso do planejamento como um todo, mas para o das próprias organizações.

Ao adotar a gestão de lições aprendidas a administração pode obter maior resolutividade na tomada de decisões, minimização de riscos, otimização de recursos e a melhoria contínua nos projetos.

Uma das inovações do Plano Setorial Ambiental gerido pelo CAO Ambiental é justamente o preenchimento no SIGI do “relatório de lições aprendidas” a cada rodada de avaliação do andamento dos projetos e iniciativas, conforme modelo presente no anexo deste plano.

11 CONCLUSÃO

Este documento consiste em uma iniciativa pioneira, não apenas por apresentar o perfil e atribuições do CAO Ambiental que deverá sofrer mudanças ao longo do período do plano, mas, principalmente, por planejar taticamente a atuação ministerial voltada para o atendimento das demandas da sociedade na área ambiental, urbanística e habitacional, de forma a contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico Institucional do MPPA.

A disposição das informações neste documento mostra que os projetos e iniciativas priorizados foram gerados a partir de um trabalho altamente técnico e alinhado ao Plano Estratégico Nacional coordenado pelo CNMP.

Por fim, cabe mencionar que o plano terá efetividade com o engajamento dos membros, servidores e estagiários que atuam na área ambiental em todo o estado do Pará, tendo em vista que as ações estratégicas selecionadas pelo CAO Ambiental devem ser consideradas pelos membros dos Órgãos de Execução da capital e do interior, quando da construção de seus Planos de curto prazo, no âmbito operacional, resultando numa atuação coordenada, integrada direcionada ao cumprimento dos objetivos institucionais e, conseqüentemente, com maior impacto para a população.

REFERÊNCIAS

PARÁ. Ministério Público. **Lei orgânica do Ministério Público do Estado do Pará**: Lei complementar nº 057, de 06 de julho de 2006: atualizada até a Lei Complementar nº 127 de 13/01/2020. Organizador: Rodier Barata Ataíde, Organizador: Erick Luiz de Nunes Valente. 2. ed. Belém: MPPA; CEAF, 2021. 161 p. (Coleção Cidadania).

PARÁ. Ministério Público. Portaria nº 82/2018- MP/PGJ. Cria o Comitê de Governança Estratégica do Ministério Público do Estado do Pará-CGE. **Diário Oficial [do] Estado**, Belém, n.33540, p.63. 18 jan. 2018.

PARÁ. Ministério Público. Resolução nº 004/2021–CPJ, de 5 de agosto de 2021. Reestrutura os Centros de Apoio Operacional (CAOs) e seus Núcleos, e dá outras providências. Republicado por incorreção. **Diário Oficial [do] Estado**, Belém, n.34688, p.103-106. 02 set. 2021.

PARÁ. Ministério Público. Resolução nº 011/2021-CPJ, de 4 de novembro de 2021. Aprova o Plano Estratégico Institucional (PEI) do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) do período de 2021/2029. Publicado no **Diário Oficial [do] Estado**, Belém, nº 34775, p.125. 25 nov.2021.

ANEXOS

A. Modelos utilizados no Plano

Rol de Projetos CAO Ambiental					
Projeto/ Iniciativa	Nome (Qual o nome do projeto/ iniciativa?)	Ação Estratégica (Este projeto/ iniciativa está relacionado a qual ação estratégica?)	Responsável: (Quem responde pelo projeto/ iniciativa?)	Eixo (Qual eixo da temática criminal está relacionado o projeto/ iniciativa?)	Status (Qual o status do projeto/ iniciativa?)

FICHA DE PROJETO - SIGI

Projeto 1: (Qual o nome do projeto?)		ODS: (Qual ODS impactado?)				
Ação (ões)/PEI (Qual ação este projeto está relacionada?)						
Radar Estratégico (Qual indicador este projeto visa contribuir?)						
Objetivo do Projeto: (Qual o objetivo finalístico desse projeto?)						
Matéria de Atuação: (Qual matéria de atuação está relacionada o projeto?)		Data de Início: (Quando este projeto deve iniciar?)		Prazo final: (Quando este projeto deve terminar?)		
Riscos do Projeto: (Quais riscos devem ser tratados para que este projeto seja realizado?)		Ações de Mitigação: (Que medidas serão necessárias para mitigar os riscos?)		Resultado: (Qual o resultado das medidas adotadas?)		
		Metas Projeto (Quais os valores específicos, mensuráveis, atingíveis dentro do prazo e relevantes que levam você à meta de Gestão?)				
Indicadores: (Quais os sinais mensuráveis que indicam que o Projeto atingirá o seu objetivo final?)	Resultado atual (Caso exista, quais o último resultado ou o resultado atual deste indicador?)	Período 1 (Qual o resultado você quer atingir na primeira medição?)	Período 2 (Qual o resultado você quer atingir na segunda medição?)	Período 3 (Qual o resultado você quer atingir na terceira medição?)	Meta da Gestão (Caso exista, qual a meta final do projeto?)	
Produto (Qual a entrega final deste projeto?)				Responsável (Quem responde por esta entrega?)		
Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas (Quais as tarefas que levam à entrega final do projeto e às suas metas?)	Responsável (Quem responde por esta tarefa?)	Estimativa Orçamentária (Quanto custa para cada tarefa a ser realizada?)	Prazo para início (Quando esta tarefa deve iniciar?)	Prazo final (Quando esta tarefa deve ser entregue?)	Status (Como está a tarefa?)
1						
2						
3						
4						
		Total Orçamentário	R\$ -	Conclusão físico financeiro do projeto:		
Relatórios de execução das tarefas						
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer			
						
						
						

FICHA DE INICIATIVA - SIGI					
Iniciativa 1: <i>(Qual o nome da Iniciativa?)</i>				ODS: <i>(Qual ODS impactado?)</i>	
Ação (ões)/PEI <i>(Qual ação esta Iniciativa está relacionada?)</i>					
Radar Estratégico <i>(Qual indicador esta iniciativa visa contribuir?)</i>					
Objetivo da Iniciativa: <i>(Qual o objetivo finalístico dessa iniciativa?)</i>					
Matéria de atuação: <i>(Qual matéria está relacionado a iniciativa?)</i>		<i>(Quando esta iniciativa deve iniciar?)</i>		Prazo final: <i>(Quando esta iniciativa deve terminar?)</i>	
Produto <i>(Qual a entrega final desta iniciativa?)</i>				Responsável <i>(Quem responde por esta entrega?)</i>	
Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas <i>(Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)</i>	Responsável <i>(Quem responde por esta tarefa?)</i>	Prazo para início <i>(Quando esta ação deve iniciar?)</i>	Prazo final <i>(Quando esta tarefa deve ser entregue?)</i>	Status <i>(Como está a tarefa?)</i>
1					
2					
3					
4					
5					
			Conclusão da iniciativa:		
Relatórios de execução das tarefas					
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer		
					
					
					
					
					

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Eventos Educativos

Evento 1:

Descrição do Evento:			
Nº de Turmas:	Nº Participantes (por turma):		
Carga Horária (por turma)	Carga Horária (total)		
Público Alvo:			
Ementa:			
Conteúdo:			
Local:			
Horário:			
Material Utilizado:			
Perfil do Profissional:			

Plano de Comunicação

O que Comunicar?



Público



Canais



Frequência



Responsáveis

LIÇÕES APRENDIDAS			
Nº	Projeto/ Iniciativa	Lição aprendida	Sugestões para projetos seguintes
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Rua João Diogo, 100 - Cidade Velha - Belém-Pa
CEP:66015-165 - (91) 4006-3400
www.mppa.mp.br